

Outras menstruações possíveis: retomadas entre sangue e corpo-território

Eloyza Tolentino Soares

Doutoranda em Antropologia Social/Universidade Federal do Rio Grande do Norte

<https://orcid.org/0000-0001-5721-5414>

eloyza.tolentino@gmail.com

Introdução

Pensar o corpo como ferramenta crucial para qualquer movimento em nossas vidas é o ponto de partida que orienta as reflexões desta pesquisa. Ao reconhecermos a corporeidade que nos move, nos afetamos também por todos os fluidos e agenciamentos que nos atravessam. Fluxos e fluidos nos moldam e são moldados cotidianamente, sendo enfatizados a partir de suas construções históricas e culturais. Desde o nascimento, nos ensinam sobre as várias formas que devemos lidar com os diferentes tipos de secreções que saem do nosso corpo. O manejo corporal acontece por meio de processos de contenção, higienização ou mascaramento de odores com o uso de perfumes, cremes, papel higiênico, absorventes descartáveis e mais uma infinidade de produtos que fazem parte da indústria de “cuidados” que, não raramente, atua como dispositivo de controle. É nesse contexto que me volto à menstruação e à educação menstrual, reconhecendo nelas agências transgressoras que nutrem as ciências como material de análise social e que carregam potências transformadoras em contextos políticos, sociais e culturais.

A menstruação destaca-se entre os fluidos corporais por possuir especificidades que a tornam alvo de inúmeras restrições e controles. Tais restrições vão desde os tabus até os processos de higienização impostos aos corpos que menstruam, muitas vezes desmerecendo as subjetividades que os envolvem (Seraguza, 2017). Quero aqui frisar que quando menciono restrições, controles e tabus, não estou, necessariamente, enfatizando uma ótica ocidentalizada e higienizada da menstruação ou dessas categorias. Em cada contexto sociocultural, as intervenções menstruais seguem lógicas próprias, de acordo com os costumes daquela sociedade. Em alguns contextos, as pessoas que menstruam

enfrentam períodos de reclusão, restrições alimentares ou limitações em certas atividades cotidianas que seriam realizadas normalmente fora do período menstrual. Além disso, é importante considerar que o cuidado com quem menstrua pode envolver toda a dinâmica de convívio de uma comunidade (Seraguza, 2017; Primo dos Santos Soares, 2019). Em outros contextos, rituais específicos podem ser realizados, servindo como um guia de cuidado das energias que envolvem aquele período, durante o qual a pessoa que menstrua pode também ser colocada em um lugar de exercício de agência para as funções comunitárias, tendo em vista que, de acordo com essas interpretações, carregaria consigo poderes de cura (Somé, 2007).

Para além dessas perspectivas, é possível observar a influência de uma medicina ocidental e eurocentrada que, historicamente, não apenas invisibilizou a menstruação, mas também a tratou como um problema que precisaria ser controlado. As dinâmicas de controle corporal se deram, por um lado, por meio da medicalização e supressão do ciclo menstrual — por considerar que esse era um sangue inútil à reprodução (Manica, 2009) —; por outro lado, pela tentativa de regular os corpos que menstruam, construindo uma ciência baseada em verdades inquestionáveis sobre como a corporeidade deveria ser construída e normatizada seguindo objetivos reprodutivos (Rohden, 2001).

De acordo com a pesquisa realizada por Emily Martin (2006), o período menstrual poderia ser considerado como uma falha no processo reprodutivo, tendo em vista que o sangramento mensal indica que a gravidez não ocorreu. Logo, o corpo que menstrua, e que se espera que engravide, falhou em sua tentativa. A autora também chama atenção para a ideia de inutilidade associada ao fim da idade reprodutiva, quando a pessoa se encaminha para a menopausa. Mais uma vez, recai sobre esse corpo a marca da falha e da não serventia social, já que o que se espera dele é a gravidez.

Avançando nos estudos sobre menstruação, encontramos pesquisas com novas perspectivas, que compreendem o sangue menstrual como um elemento dotado de potências simbólicas e materiais. Em algumas literaturas, inclusive, ele é considerado relevante para o desenvolvimento de pesquisas científicas realizadas em laboratórios (Manica, Goldenberg & Asensi, 2018). Ao mesmo tempo, observa-se o surgimento de formas mais sutis e sofisticadas de controle sobre os corpos que menstruam, dessa vez bem mais elaborado e maquiado por tecnologias digitais e estratégias capitalistas — como é o caso da atuação dos chamados “*MenstruApps*”¹ (Paletta, 2019).

1 *MenstruApps* são aplicativos de monitoramento do ciclo menstrual, frequentemente utilizados para que as pessoas possam acompanhar mensalmente, através do calendário, as fases que são marcadas como principais: ovulação e menstruação. Além disso, a pessoa pode elencar os sentimentos que fazem parte daquele período, se tomou algum remédio, se está fazendo exercício físico, se transou com ou sem preservativos etc.

Podemos notar um crescimento das pesquisas sobre menstruação no Brasil, impulsionado pelo engajamento que vem ocorrendo em ambientes universitários. Destaca-se, por exemplo, a organização de grupos de trabalho (GTs)² em instituições localizadas no Centro-Oeste e Sudeste do país, com predominância de apresentação de trabalhos de pessoas também oriundas dessas regiões. Contamos também com a publicação do dossiê “Corpo e Menstruação na Amazônia Indígena³”, que reúne contribuições elaboradas a partir de perspectivas situadas na região Norte. Em 2025, o GT “Antropologia da menstruação — feminismos, corporalidades e tecnologias”, integrante da XV Reunião de Antropologia do Mercosul, realizada na capital baiana, no Nordeste brasileiro, conta majoritariamente com apresentações de trabalhos advindos da região Sul, Sudeste e Centro-Oeste, há apenas duas pessoas vinculadas a universidades nordestinas, além de duas representantes de instituições da França e do Peru.

Sobre ativismo menstrual em territórios nordestinos, eu e Naedja Vieira⁴ nos situamos a partir da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), localizada em Mossoró/RN, para a fabricação de outras realidades menstruais. Atuamos desde as margens, com o objetivo de apresentar nossas pesquisas durante o *Seminário de Políticas Públicas para o Semiárido*, realizado pelo Núcleo de Políticas Públicas do curso de Ciências Sociais da universidade.

Em Mossoró, pautamos o diálogo a partir de alguns movimentos relacionados ao ativismo menstrual que trouxeram visibilidade ao tema, mas que acabaram não sendo efetivados, permanecendo apenas no papel devido à falta de engajamento da câmara legislativa municipal. Nesse percurso, participamos do evento em dois momentos. No primeiro, Naedja Vieira construiu uma oficina utilizando metodologias ativas com o intuito de mostrar como a menstruação é um tema necessário a ser debatido em contexto escolar. Durante a oficina, as participantes compartilharam incômodos relacionados à temática menstrual, elencando situações e questões vivenciadas a partir de relações familiares; o grupo compreendeu a importância de refletir sobre o que a menstruação pode significar

2 A Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia ocorreu em 2021, durante a pandemia da covid-19, contando com um Seminário chamado “Sangue, Técnica e Multiplicidade: vazantes de menstruações diversas”, organizado por Daniela Manica, da Universidade Estadual de Campinas, e por Luísa Elvira Belaunde, da Universidade Nacional Maior de São Marcos (Lima, Peru). O evento foi organizado num formato *online*. Já a Reunião de Antropologia do Mercosul, ocorreu presencialmente, em 2023, na Universidade Federal Fluminense, contado com o grupo de trabalho denominado “Antropologia da menstruação — feminismos, corporalidades e tecnologias”, sob coordenação de Anna Paula Vencato da Universidade Federal de Minas Gerais, e Larissa Pelúcio, da Universidade Estadual Paulista.

3 Para saber mais sobre o dossiê, acesse <https://www.scielo.br/j/ref/a/bg7c9m5cYm8RKRYtHLYjddS/> acesso em 04/07/2025.

4 Doutoranda no programa de pós-graduação em Ciências Sociais — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp.

em nossas vidas e de que forma ela pode modular as percepções das outras pessoas que estão ao nosso redor.

No segundo momento, estive presente em uma mesa que tinha como eixo central a discussão de políticas públicas para o semiárido, pensando em articulações a partir de Mossoró. Elaborei uma abordagem geral sobre as discussões que estão sendo levantadas em torno da menstruação a nível tanto global quanto local. Para localizar a temática, eu trouxe questões relacionadas ao início dos ativismos menstruais nos Estados Unidos, a partir do panorama traçado por Chris Bobel (2010) e Emily Martin (2006), e realizei um afunilamento até chegar às discussões atuais acerca de debates menstruais no Brasil. Recorri ao referencial base que venho utilizando nas pesquisas (Belaunde, 2006; Manica, 2009; Moraes, 2021; Paletta, 2019; Primo dos Santos Soares, 2019; Costa, 2024; Sardenberg, 1994; Wons, 2019) para que as pessoas pudessem compreender as múltiplas formas como a menstruação vem ocupando espaços institucionais e não institucionais. Em seguida, contornei os aspectos que dizem respeito ao ativismo menstrual e de que modo essa articulação tem influenciado a construção de políticas públicas.

Quando finalizei a exposição, recebi perguntas que deram início a um debate. Uma das questões trazidas dizia respeito ao ensino da educação menstrual nas escolas. A dúvida de um dos professores presentes era se a atribuição de ministrar o conteúdo relacionado à menstruação nas escolas seria de professores e professoras do ensino básico. Essa questão surgiu porque durante a minha fala, mencionei a importância da inserção desse debate na esfera pública, a começar pelo ensino básico, conforme propõem as educadoras menstruais com quem dialogo em minhas pesquisas.

Entre as categorias que se intersectaram com os debates realizados durante o evento (e com as pautas contemporâneas em torno da menstruação), destaca-se a da educação menstrual. Trata-se de um termo em disputas nos diversos espaços em que a menstruação vem sendo tematizada, em parte por surgir como resposta à demanda por maior conscientização sobre o corpo e sobre a menstruação. Ao mesmo tempo, grandes empresas da indústria de cuidados pessoais — como as fabricantes de absorventes e produtos correlatos — têm se apropriado desse debate, muitas vezes como estratégia de *marketing* voltada à ampliação de seus mercados consumidores. Embora esteja em evidência e seja uma pauta emergente nos debates atuais sobre a menstruação, essa discussão não é nova e nem recente, como já apontava Chris Bobel (2010) ao tratar do conceito de letramento corporal.

As perspectivas sobre o ensino da educação menstrual são diversas, partindo, em muitos casos, de iniciativas privadas nas quais as futuras educadoras precisam arcar com

os custos dos cursos para ter acesso ao conteúdo. Tais conteúdos costumam abordar temas relacionados à dignidade e saúde menstrual; aspectos biológicos; relações familiares e escolares; direitos sexuais e reprodutivos, entre outros. A depender do contexto em que está inserida, a categoria “educação menstrual” também tem sido mobilizada sob uma lógica de mercado, já que objetiva formar pessoas qualificadas para ensinar sobre o tema. Assim, o termo surge também como um nicho mercadológico de atuação. Nesse sentido, o termo se consolida como um nicho de atuação profissional. No entanto, ao pensarmos na educação menstrual sob a ótica da privatização, acabamos excluindo pessoas interessadas em participar desse processo de ensino-aprendizagem, mas não dispõem de recursos financeiros para isso.

Diante das incitações desenvolvidas durante o debate, mencionei que a intenção é que possamos pensar em uma política pública para as menstruações e entender de que forma o assunto pode ser ampliado e inserido nas salas de aula de escolas. As proposições mencionadas pelas colaboradoras de uma pesquisa mais ampla que venho desenvolvendo, envolvem diversas dimensões, que vão desde palestras até oficinas com o uso de jogos lúdicos para facilitar o envolvimento e engajamento com o tema. A análise dos dados, realizada a partir de relatórios, leis, cartilhas e outras iniciativas, aponta para a importância de desenvolver ações pedagógicas que incluam a educação menstrual nos debates desde o ensino básico. É fundamental reconhecer que, ao pensar num ensino que contemple essa temática — seja dentro ou fora da escola —, é necessário considerar diferentes marcadores sociais. Gênero, raça, contextos socioeconômicos, deficiências e condições do espectro autista, entre outros aspectos, moldam os modos de vida e influenciam diretamente como cada pessoa vivencia a menstruação. Ao considerar as cosmopercepções que envolvem a menstruação, podemos compreender que não existe um manual único que possa ser elaborado para dar conta de todas as realidades menstruais.

No diálogo que venho construindo com educadoras menstruais e pessoas que trabalham com a menstruação⁵, pude perceber que existe um movimento autônomo, que parte de diversas frentes, para o ensino da educação menstrual no Brasil. Além disso, o movimento digital que discute a menstruação também aborda temas relevantes, objetivando além de divulgar conhecimentos e ampliar a consciência crítica acerca da temática, promover seus próprios trabalhos com terapia menstrual, educação menstrual ou venda de produtos.

5 Durante a realização da pesquisa para desenvolvimento de minha tese de doutorado, foi possível perceber que nem todas as entrevistadas se consideram educadoras menstruais. Assim, ainda que esse diálogo com a menstruação possa ser visto como um letramento ou educação menstrual, algumas pessoas se consideram terapeutas ou ativistas, entre outras categorias que fazem parte desse nicho de atuação.

Em consonância com discussões brasileiras sobre a menstruação, meu trabalho busca fomentar o debate partindo de uma perspectiva multissituada (Marcus, 1995). Assim, não me detenho na observação realizada em um lugar específico, mas trilho um caminho entre documentos, pessoas e teorias sobre o corpo e a educação, seguindo um trajeto pelo qual transitam observações e outras comunicações construídas a partir dos ambientes digitais (Hine, 2020). Desse modo, apoio-me também na noção de multiplicidade proposta por Annemarie Mol (2002) para compreender a menstruação não como um evento corporal único, marcado por leituras biologizantes ocidentalizadas, mas como uma experiência plural, tendo em vista que carrega consigo saberes e significados outros, que podem ser acionados por cosmopercepções próprias de distintos povos e territórios no Brasil.

Sendo assim, apresento a seguir as análises iniciais de uma pesquisa mais ampla, que busca mapear como educadoras e pessoas engajadas com a temática da menstruação no Brasil estão construindo proposições para abordar o tema. Para orientar a leitura, destaco que o artigo está dividido em três partes. A primeira, intitulada “Tessituras sanguíneas”, reúne discussões teóricas que fundamentam um olhar para o corpo e para a menstruação a partir de outras óticas, valorizando saberes historicamente subalternizados e dialogando com movimentos sociais, teorias e análises que envolvem o tema da educação menstrual. Em seguida, na seção “Modos de seguir o sangue”, apresento o processo de emergência da educação menstrual, a partir da observação em ambientes digitais e da análise de documentos relacionados ao processo de formulação e implementação da Lei nº 14.214/2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. Por fim, na seção “Fluindo em ações”, apresento iniciativas e materiais que sinalizam possibilidade de diálogo com a educação menstrual.

Desse modo, este artigo visa discutir os rumos que a menstruação tem tomado diante da emergência da educação menstrual, buscando compreender as influências da Lei nº 14.214/2021 e a instituição do programa. Para as análises, utilizarei os diálogos construídos entre os documentos produzidos acerca da educação menstruação, como é o caso das cartilhas “Oxe, me respeite! Nas Escolas” (Bahia, cf. Secretaria Estadual de Políticas Públicas para Mulheres, 2023) e do Programa Dignidade e Saúde em Ciclo (Minas Gerais, cf. Secretaria de Estado de Educação, 2023).

Tessituras sanguíneas

Ao colocarmos gotas de sangue menstrual em um copo com água, é possível perceber que essa matéria, aparentemente uniforme, esvai-se formando inúmeros fios, como se, por si só, ganhasse vida e construísse seus próprios movimentos a partir de uma trama sanguínea. A tessitura desenhada pelo sangue ao encontrar a água parece se expandir em caminhos que se multiplicam por onde passam. Trago esse exercício prático imagético para que possamos pensar o corpo e o sangue menstrual como territórios de transgressão em retomada.

Baseio-me em bell hooks (2013) para repensar formas e outras possibilidades que questionem o modelo de ensino tradicional ocidental imposto à menstruação — um modelo que a associa à dor, à precariedade, à pobreza e à escassez. Ao nos reconhecermos em narrativas teóricas que abordam a menstruação, podemos compreender a sua existência de outras maneiras e, a partir daí, imaginar outros mundos onde ela não seja invisibilizada. Em subjetividades e corporeidade marcadas por gênero, raça e classe, a autora comenta:

Cheguei à teoria porque estava machucada — a dor dentro de mim era tão intensa que eu não conseguia continuar vivendo. Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender — aprender o que estava acontecendo ao redor e dentro de mim. Mais importante, queria fazer a dor ir embora. Vi na teoria, na época, um local de cura (hooks, 2013, p. 83).

Em “Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade”, bell hooks (2013) constrói uma narrativa que se une à sua trajetória, mostrando como a educação possui um potencial transformador na vida das pessoas. Na citação acima, a autora pontua o seu encontro com teorias, a partir da literatura, como espaço de cura para as diversas indagações e aflições que vivia ao não conseguir se encaixar em determinadas normas do seu meio familiar.

Ainda criança, bell hooks já tencionava aspectos da sua criação, embora enfrentasse dificuldades para ter suas demandas ouvidas, devido às condições sociais de seu contexto familiar. Suas formulações podem ser associadas à educação menstrual, pensada como prática que transgride e questiona normas, gerando pensamento e ações críticas sobre a temática. A autora propõe uma infinidade de reflexões sobre as teorias e as práticas. Para hooks (2013, p. 97) a teoria surge do cotidiano, dos testemunhos vivenciados diariamente, em assuntos que podem construir a base para uma teoria feminista libertadora.

As reflexões acerca de uma teoria crítica da menstruação não podem ser desvinculadas de ações que envolvam o diálogo com as comunidades. Quando falo em comunidades, faço referência ao universo acadêmico, à população subalternizada, às escolas, aos postos de saúde etc. Para isso, é necessário compreender os contextos menstruais a partir de múltiplas perspectivas, articulando pesquisas comprometidas com o envolvimento social e com a partilha como ferramenta central para a elaboração de movimentos de retomada do corpo. Trata-se de observar o corpo a partir de suas demandas e localizações sociais, considerando seus territórios de origem. É importante ressaltar que, apesar do crescente interesse acadêmico pela menstruação, a produção nesse campo ainda se concentra nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Além disso, os trabalhos têm sido produzidos majoritariamente por mulheres brancas e cisgênero. Esse mesmo padrão se repete entre as pessoas que atuam como formadoras ou ministram cursos sobre educação menstrual no Brasil. Destaco aqui os trabalhos de Hannah de Vasconcellos (2024), mulher negra que elaborou sua tese pensando no sagrado feminino e numa série de problematizações raciais que o envolvem; e Za Chacon Saggioro (2024), que desenvolveu sua dissertação sobre Educação Menstrual Popular e LGBTQIAPN+.

Desse modo, pensando em educação menstrual, é possível refletir sobre a sala de aula — mas não só — como local de partilhas e envolvimento corpóreos. Essas partilhas precisam dar conta dos vários marcadores existentes no Brasil, partindo das especificações de cada contexto social. No entanto, seguindo hooks (2013), notamos que, ao entrarmos nas escolas de ensino básico, o corpo é relegado a um plano de silenciamentos, como se as capacidades intelectuais de aprendizagem não habitassem também essa materialidade que nos faz caminhar, interagir e refletir criticamente. Assim, “chamar a atenção para o corpo é trair o legado de repressão e negação que nos foi transmitido pelos professores que nos antecederam, em geral brancos e do sexo masculino” (hooks, 2013, p. 253).

Para articular os ensinamentos que envolvem o corpo a partir de uma pedagogia crítica e engajada, hooks (2013) propõe que nos voltemos ao lugar que Eros e o erotismo ocupam em sala de aula. Nessa perspectiva, o erotismo não se restringe a questões sexuais, mas diz respeito às formas como nos relacionamos e empreendemos os nossos modos de ser e estar no mundo. A sala de aula, nesse contexto, torna-se um espaço de pulsão de vida,

Visto que a pedagogia crítica procura transformar a consciência, proporcionar aos alunos modos de saber que lhes permitam conhecer-se melhor e viver mais plenamente no mundo, em certa medida ela tem de se basear na presença do erótico em sala de aula para auxiliar o processo de aprendizado (hooks, 2013, p. 257).

Assim, compreender a educação como um ato dotado de potência erótica e utilizar a sala de aula como espaço de expansão do ensino menstrual como movimento vital, nos aproxima do que Audre Lorde (2009)⁶ propõe: a experiência de estarmos inteiras e realizadas em nosso fazer. Olhar com mais atenção para um corpo que menstrua, é reconhecê-lo para além de dores, doenças e pobreza — é enxergá-lo também como dotado de sentidos outros, que escapam daqueles que são fabricados pelas indústrias farmacêuticas e de cuidados corporais, bem como pela lógica cisheteronormativa que insiste em enquadrá-lo a partir de uma perspectiva generificada e biológica.

Lorde (2009) faz referência à categoria “mulheres”, e reafirmo a importância de seu uso em todos os espaços. No entanto, ao falarmos sobre menstruações, é fundamental compreender sua multiplicidade, que inclui também homens trans e pessoas não binárias. É preciso relembrar, como aponta Oyèrónké Oyěwùmí (2020), que o gênero é uma construção que não atravessa todas as sociedades. Fortaleço, assim, esse argumento ao seguir os caminhos da menstruação e compreender o sangue menstrual como uma materialidade complexa — um artefato relacional, comportamental, biológico, subjetivo, espiritual e psicológico, entre outras dimensões que emergem a depender do contexto.

Nesse sentido, utilizo-me das proposições de Audre Lorde (2009) para pensar que devemos retomar o corpo que menstrua como um território que deve ser nutrido pelas energias vitais que ampliam nossos modos de viver: partindo da oralidade, das percepções das sensações, da ludicidade. Resgatar, a partir do corpo, os sentidos que foram depreciados e despossuídos — significados a partir das colonialidades do gênero e do saber (Lugones, 2020) — oferece à educação menstrual um modo de refletir sobre um ato erótico, insubmisso e revolucionário. Essa perspectiva se alinha ao pensamento de Lorde quando ela afirma que:

O erótico, para mim, acontece de muitas maneiras, e a primeira é fornecendo o poder que vem de compartilhar intensamente qualquer busca com outra pessoa. A partilha do gozo, seja ele físico, emocional, psíquico ou intelectual, monta uma ponte entre quem compartilha, e essa ponte pode ser a base para a compreensão daquilo que não se compartilha, enquanto, e diminuir o medo de suas diferenças (Lorde, 2009, p. 12).

Seguindo essa perspectiva, a partilha dos saberes que envolvem as menstruações impulsiona a criação de caminhos que favoreçam um olhar mais atento aos processos corporais. Para isso, é necessário observá-los também a partir de fatores sociais, garantindo que nada seja reduzido a uma leitura puramente biológica.

6 As datas e numerações de páginas aqui inseridas correspondem ao texto que foi traduzido para o português em 2009.

Para Lorena Cabnal (2010), existe uma perspectiva importante que nasce entre os feminismos comunitários — tomando, como exemplo, as mulheres Xinkas — que consiste em pensar o corpo como primeiro território a ser ocupado e defendido. Esse ato, de acordo com a autora (2010, p. 22), faz parte de uma política emancipatória que defende a importância de refletir sobre as práticas feministas onde “o pessoal é político” e “o que não se nomeia, não existe”. Assim,

Asumir la corporalidad individual como territorio propio e irrepetible, permite ir fortaleciendo el sentido de afirmación de su existencia de ser y estar en el mundo. Por lo tanto emerge la autoconciencia, que va dando cuenta de cómo ha vivido este cuerpo en su historia personal, particular y temporal, las diferentes manifestaciones y expresiones de los patriarcados y todas las opresiones derivadas de ellos.

Recuperar el cuerpo para defenderlo del embate histórico estructural que atenta contra él, se vuelve una lucha cotidiana e indispensable, porque el territorio cuerpo, ha sido milenariamente un territorio en disputa por los patriarcados, para asegurar su sostenibilidad desde y sobre el cuerpo de las mujeres (Cabnal, 2010, p. 22).

Cabnal (2010) endossa a reflexão do corpo-território como um conceito indissociável, pois não há como falar de corpo sem falar de território e vice-versa. Contudo, quando pensamos nos processos de defesa e de retomada daquilo que foi historicamente subjugado pela colonização, a reflexão proposta pela autora sobre corpo como primeiro território que habitamos nos remete à depreciação da menstruação na história da ginecologia (Rohden, 2001).

Nesta pesquisa, podemos pensar sobre territórios que atravessamos diariamente e que também são perpassados pela menstruação: salas de aula, ruas e comunidades digitais. Todos esses locais servem como espaços de reflexão para pensar o corpo a partir de uma perspectiva crítica, sabendo que “o que não se nomeia, não existe”. Silenciar a menstruação é recusar sua presença e negar o conhecimento desse processo, o que pode acarretar uma série de implicações, perpetuando desconforto, vergonha, tabu, dores etc.

Assim, considero o sangue menstrual como mobilizador central, dotado de agência. Ao pensarmos na materialidade fluida e vermelha do sangue, podemos notar que, mesmo com o uso de itens de controle e retenção — como absorventes, coletores e afins — a menstruação simplesmente flui. Muitas vezes, ela acontece, sem que a possamos gerir ou controlar. Por isso a importância de considerarmos as suas particularidades e multiplicidades, compreendendo de forma contextualizada como podemos construir outros caminhos e diálogos para aprendermos a nos envolver com o seu movimento.

Modos de seguir o sangue

Com base nos ensinamentos de bell hooks (2013), Audre Lorde (2009) e Lorena Cabnal (2010), enxergo a menstruação como uma potência transgressora e insubmissa, observando-a a partir de um saber teórico-metodológico que impulsiona e motiva a percorrer diversos saberes, pois, em vez de pobre e precarizada, ela pode (e deve) ser enxergada como múltipla (Mol, 2002).

Ainda em 2012, ao iniciar os caminhos de pesquisa que desenvolvo sobre menstruações, embarquei nas navegações digitais e aportei em comunidades do *Facebook* que discutiam assuntos diversos relacionados a menstruação: sangue, magia, rituais, espiritualidade, saúde e nutrição. Anos depois, em 2021, durante a elaboração do projeto de pesquisa do meu doutorado, enxerguei na etnografia em ambientes digitais um modo de pesquisar menstruação para além do formato presencial. Destaco a relevância de observar que quem faz uso de tecnologias digitais são indivíduos corporificados (Hine, 2020), dotados de desejos e emoções e que realizam ações e atuações políticas. Logo, a internet passa a ser um local passível de análises antropológicas que fortalecem o debate acerca da menstruação e onde é possível observar esse sangue fluindo por vários caminhos.

A internet e as trilhas pelas quais as redes sociais digitais vão se construindo, revelam nuances que merecem atenção. Quando opto por seguir a menstruação em circuitos online, especialmente pelo *Instagram*, percebo como essa plataforma tem se tornado um espaço de interações políticas e ativistas polêmicas em que um único clique pode provocar debates que antes eram invisibilizados. A menstruação já vinha ganhando espaço a partir de movimentações ocorridas em meios virtuais, sobretudo a partir da exposição do sangue menstrual em imagens e fotografias que o representavam em uma perspectiva política, artística, mágica e simbólica. No entanto, é possível perceber que, a partir da publicação do Relatório sobre a Pobreza Menstrual (Unicef; UNFPA, 2021), o debate causa uma comoção nacional, que atinge diversas esferas públicas. Diante disso, também me aproprio da etnografia de documentos para perceber como os contextos sociais que estão relacionados à menstruação, desde a divulgação desse relatório — que é percebido aqui como um documento — até a criação e aplicação de leis, se embasam em categorias específicas para a formulação de políticas públicas. Assim, é possível observar que

O recente e vigoroso interesse antropológico pelos documentos burocráticos iluminou de modo incontornável o fato de que etnografias em arquivos, sobre arquivos e que tomam papéis e tipos variados de acervos e fontes escritas como artefatos etnográficos não são trabalhos destoantes na área, embora muitas vezes sejam assim apresentados. Além disso,

considerando sua contribuição para o referido campo da antropologia do Estado, esse movimento também revelou que, em determinados contextos de pesquisa, analisar documentos e práticas de escrita burocrática são tarefas imprescindíveis (Ferreira, 2022, p.165–166).

Examinar a fabricação de documentos, sejam eles oficiais ou não, tornou-se um campo fértil para compreender as possibilidades de narrativas que podem ser produzidas sobre a menstruação. Quando Letícia Ferreira (2022) menciona uma etnografia em arquivos, pensamos logo em papéis que podem ser encontrados em espaços físicos, marcados por fronteiras burocráticas e geográficas. No entanto, as reflexões e ideias produzidas nesta pesquisa surgem mediadas pelo ambiente virtual, a partir de redes sociais, *sites*, *links*, arquivos em PDF etc, todos hospedados em plataformas digitais. Não obstante, apesar desses materiais estarem disponíveis na internet, com uma suposta facilidade de acesso, foi necessário criar estratégias de como percorrer esses caminhos digitais, compreender como chegar aos documentos envoltos por maior burocracia. Para isso, segui os ensinamentos de Bruna Potechí (2018), objetivando entender a elaboração da Lei nº 14.214/2021.

Durante a análise de dados, percebi que há uma série de documentos oficiais e não oficiais atrelados à menstruação. Apesar de não me aprofundar nessa perspectiva neste momento, considero importante destacar que minha opção por seguir agências sobre a menstruação formuladas por pessoas autônomas, foi provocada por ideias geradas a partir do contato com burocracias estatais, especificamente da construção da Lei nº 14.214/2021. Nesse processo, de forma direta ou indireta — muitas vezes imperceptível para grande parte das pessoas — o discurso que orienta o que deve ser feito e quais devem ser as prioridades em torno da menstruação, se baseia em narrativas muitas vezes construídas a partir das colonialidades do saber (Lugones, 2020). Essas narrativas definem as formas de “cuidado” e “proteção” atreladas a um corpo historicamente marcado por raça, classe, território e gênero.

Se antes a menstruação era marcada por invisibilidade e tabus, com a publicação de cartilhas educativas, relatórios e, especialmente, com a elaboração de uma lei voltada à proteção e promoção da saúde menstrual, o tema passa a transitar em mídias televisivas, redes sociais como o *Instagram*, além do *YouTube* e outras plataformas digitais. No entanto, é importante observar que esse processo de institucionalização da menstruação se constrói a partir de uma ótica centrada no empobrecimento e na precariedade, frequentemente sustentada por análises superficiais que desmerecem a complexidade histórica das narrativas científicas sobre o sangue menstrual. Ao acompanhar o processo de formulação da Lei, identifiquei momentos específicos em que termos como “pobreza”,

“precariedade” e “dignidade menstrual” foram mobilizados com diferentes intensidades e sentidos. Eles flutuaram, tomando outras proporções que pareciam ter como objetivo reorganizar a narrativa construída em torno da menstruação, tornando-a mais inclusiva, porém acabaram contribuindo para a reafirmação de discursos problemáticos atrelados às questões de gênero e territórios.

As movimentações imagéticas construídas no *Instagram* com textos curtos ou longos, fotografias, montagens, publicização de pautas políticas, interações por meio de comentários, *stories* e outras construções audiovisuais da menstruação, promoveram o debate a partir de óticas diversas, nem sempre trazendo as problematizações necessárias sobre categorias importantes que envolvem questões de corpo, raça, gênero e sexualidade. Todavia, esse local tornou-se um campo frutífero para pensar os diferentes modos como a menstruação tem sido construída e, além disso, é um espaço para refletir sobre as críticas possíveis e para fortalecer o debate na área. Assim, tenho acompanhado a ascensão do debate menstrual nas plataformas digitais que ocorrem em picos específicos, quando alguma publicação causa controvérsias e/ou comoção sobre o tema.

Durante a pandemia da covid-19, a temática da menstruação experimentou um pico de audiência, virou a “pauta do momento”. As postagens traziam à tona, inicialmente, um debate sobre a “pobreza menstrual”, categoria difundida a partir da publicação do Relatório sobre Pobreza Menstrual (2021). A partir daí, as discussões giraram em torno de uma pauta principal: a doação de absorventes para pessoas vulnerabilizadas. Enquanto as discussões sobre menstruação ganhavam ritmo e constância no *Instagram*, com postagens diárias, comentários e compartilhamentos alguns conteúdos provocavam sentimentos depreciativos quanto ao tema. O objetivo aparente era escancarar uma realidade até então invisibilizada, que se detinha ao ambiente privado: a precarização da menstruação diante da falta de acesso a produtos de higiene. Imagens circulavam, relacionando o sangue menstrual a miolo de pão, jornais e outros materiais improvisados, que serviam como absorventes. Por um bom período significativo, a menstruação tornou-se a pauta da moda. Lives eram feitas diariamente e *links* para as chamadas “vaquinhas”, campanhas virtuais de arrecadação, buscavam apoio financeiro para compra de absorventes.

Nesse período, começaram a surgir no Brasil inúmeros projetos de lei, tanto em âmbito municipal quanto estadual que propunham, em sua maioria, a distribuição gratuita de absorventes. Embora apresentassem variações pontuais, esses projetos seguiam uma lógica semelhante, ancorada principalmente no Relatório da Pobreza Menstrual (2021), como o foco na higienização da menstruação. Trata-se de um movimento que, além de político e legislativo, levanta questões que podem (e devem) ser analisadas por uma perspectiva antropológica (Santos & Manica, 2023).

Apesar de não ser o foco deste artigo, considero importante ponderar sobre como os conceitos de pobreza e dignidade são construídos a partir de questões territoriais e contextos culturais. É o caso, por exemplo, dos estados das regiões Norte e Nordeste, frequentemente lidos e representados como pobres, escassos e carentes de recursos materiais ou intelectuais para lidar com a menstruação. Essa perspectiva, no entanto, desconsidera as reinvenções, estratégias e formas de agência construídas por populações historicamente subalternizadas, racializadas e atravessadas por diversas colonialidades. Assim, ao discutir a necessidade do fornecimento de absorventes, é fundamental reconhecer também que cada corpo-território está enraizado em regionalidades e especificidades que não podem ser ignoradas no momento da elaboração de políticas públicas.

O acesso aos dados aqui apresentados se deu por meio de redes de contatos estabelecidas em formato tanto virtual quanto presencial, a partir de observações realizadas no *Instagram* e no *Facebook*, assim como durante conversas formais e informais. Num primeiro momento, não planejei realizar pesquisa de campo presencial para verificar diretamente como as ações são executadas, por quem e de que forma impactam a comunidade em geral. Essa decisão considerou tanto a disponibilidade de tempo quanto de recursos financeiros para a realização da pesquisa. Nesse sentido, optei por conduzir um mapeamento virtual das ações em curso, o que permite uma visão mais ampla dos caminhos percorridos pela menstruação desde que a pauta passou a ocupar espaço recorrente nos debates políticos.

Fluindo em ações

Os diálogos que apresento a seguir buscam analisar e problematizar a Lei nº 14.214/2021 — que instituiu o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual — bem como as campanhas educativas e cartilhas sobre educação menstrual produzidas no âmbito dessa política. A construção da lei envolveu a atuação de múltiplas agências, incluindo organizações nacionais e internacionais, ativistas das pautas menstruais, além de parlamentares e outros agentes responsáveis pela fabricação e execução das leis.

O artigo 4º da Lei nº 14.214/2021 e os parágrafos que o seguem, funcionou como um disparador para os caminhos investigativos adotados nesta pesquisa. O texto legal estabelece que áreas como saúde, assistência social, segurança pública e educação devem estar envolvidas na implementação da Lei. Menciona ainda que “o poder público” será responsável por realizar campanhas educativas e que os gestores da área da educação têm autorização para utilizar recursos orçamentários com vistas ao cumprimento dos objetivos previstos.

Em alguns trechos do documento que embasa o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual (2023), há um breve lapso em relação à educação menstrual, que é mencionada como viabilizada por campanhas promovidas por agentes de saúde. No entanto, o texto não detalha de que forma essas campanhas serão efetivamente realizadas.

A partir da etnografia dos ambientes digitais e dos documentos que acessei, e depois de analisar cuidadosamente alguns sites ligados ao governo, compreendi que existe a construção de campanhas⁷ que objetivam gerar uma consciência — nada crítica — acerca da menstruação. Uma das campanhas que analisei foi publicada pelo Ministério da Saúde em 2023; é uma campanha de orientação que mobiliza um saber biológico acerca da menstruação:

O Ministério da Saúde lança, nesta segunda-feira (23), uma série de publicações sobre os cuidados necessários durante a menstruação: o especial “Saúde Menstrual”. Para isso, foram reunidas informações a respeito do tema e listados alguns sintomas que podem indicar a necessidade de um acompanhamento médico mais específico. Na primeira abordagem, entenda as diferenças entre ciclo e fluxo menstrual.

O ciclo menstrual ocorre em mulheres em idade fértil e corresponde ao período em que ocorrem alterações fisiológicas no útero para a liberação do óvulo, que pode ser fecundado mediante relação sexual ou técnicas reprodutivas. A duração regular do ciclo tem, em média, 28 dias, embora, intervalos entre 25 e 35 dias também possam ser considerados normais. Porém, quando os períodos são menores que 25 ou maiores que 35 dias, geralmente, é sinal de que a mulher não está ovulando, e um médico deve ser consultado (Ministério da Saúde, 2023, n.p.)

O título da notícia que divulga a série de publicações, “Série orienta mulheres sobre cuidados durante a menstruação”, já apresenta generificação, pois exclui todas as pessoas que menstruam, mas não se identificam como mulheres. Além disso, a menstruação é abordada apenas por seu viés reprodutivo. A campanha tem alguma validade ao oferecer informações que abordam a menstruação em uma perspectiva biológica (ainda que genérica), mas ignora questões fundamentais levantadas pelo ativismo menstrual quando abordamos questões de gênero. Soma-se a isso o fato de que as campanhas informativas são veiculadas majoritariamente em mídias que exigem certo letramento digital, o que restringe o acesso de parte significativa da população brasileira. Muitas pessoas não possuem acesso à internet e, se possuem, nem sempre encontram os caminhos necessários para chegar aos sites oficiais do governo e às informações de uma campanha como essa. No meu caso, por ser pesquisadora da área e empreender etnografias em ambientes digitais,

7 Para saber mais sobre a série, acesse <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/serie-orienta-mulheres-sobre-cuidados-durante-a-menstruacao>. Acesso em: 07/07/2025.

acabei me emaranhado nos inúmeros *links* e *sites* relacionados às publicações do governo. Dessa forma, pude constatar que as campanhas, de fato, estão sendo realizadas, ainda que de forma dispersa ou pouco acessível. No entanto, se o objetivo é promover o letramento menstrual sob uma perspectiva social, avalio que, talvez, ele não esteja efetivamente se concretizando.

Há outros pressupostos presentes no texto da campanha que merecem ser questionados e problematizados. Por exemplo, ele parte da ideia de que todas as mulheres menstruam, sem considerar que nem todas as pessoas que se reconhecem como mulheres vivenciam a menstruação. Por outro lado, pessoas trans ou não binárias também podem menstruar, fato que também é deixado de lado pela reportagem. A ausência dessas menções fortalece uma perspectiva biologizante e arraigada da menstruação. Com isso, não desconsidero a importância da biologia, mas pontuo que a construção das narrativas em torno da menstruação deve considerar uma crítica epistêmica, que leve em conta abordagens geopolíticas e marcadores como gênero.

Apesar das limitações observadas nas campanhas nacionais, é possível identificar iniciativas locais que buscam ampliar o alcance e a abordagem das ações voltadas à saúde menstrual. Entre as iniciativas públicas que contemplam a esfera do ensino básico, podemos citar o exemplo do Governo do Estado da Bahia, que buscou, além da distribuição de absorventes, abordar a temática da educação menstrual nas escolas. Segundo a reportagem publicada pela secretaria de comunicação social no site do Governo da Bahia ⁸:

O programa Dignidade Menstrual, do Governo da Bahia, atenderá, ao longo deste ano, mais de 225 mil pessoas que menstruam e estão regularmente matriculadas na rede estadual de ensino. A iniciativa oferta, mensalmente, um pacote com dez unidades de absorventes descartáveis para estudantes que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza, na faixa etária de 11 a 45 anos. Além disso, promove ações pedagógicas no sentido de orientar sobre a prevenção de doenças e o combate aos estigmas que envolvem esta condição que ocorre com metade da população do planeta.

Esta é uma política pública que está sustentada não apenas na distribuição, mas segundo a diretora da unidade escolar, Adriana Oliveira, diversas ações de promoção da saúde e prevenção de doenças também têm acontecido, inclusive, sobre a saúde menstrual. “Temos trabalhado esta temática com nossos alunos, desmistificando tabus e resistências. Com a distribuição dos absorventes, oferecemos dignidade de verdade às nossas alunas”, disse Adriana, completando que existe uma bancada nos sanitários femininos do colégio, onde também são disponibilizados

8 Para ver mais, acesse: <https://www.comunicacao.ba.gov.br/2024/06/noticias/mais-de-225-mil-pessoas-sao-beneficiadas-com-o-programa-dignidade-menstrual-nas-escolas-estaduais/>. 07/07/2025

absorventes. no tripé conhecimento, cuidado e empatia, conforme explica a secretária da Educação do Estado, Rowenna Brito (Secretaria de Comunicação Social, 2024, n.p.).

Observamos que a publicação, feita em 3 de junho de 2024, traz avanços em relação à implementação de práticas e ações pedagógicas voltadas para a menstruação nas escolas. Devido à natureza virtual do mapeamento que tenho realizado, enfrento algumas limitações, como a dificuldade de estar presente em campo para verificar como a educação menstrual está, efetivamente, sendo transmitida e trabalhada nas escolas em diferentes territórios no Brasil. Apesar da reportagem indicar que existe uma cartilha com informações educacionais a respeito do assunto, não foi possível encontrá-la no formato digital.

Ao acessar o site do Governo da Bahia, na seção da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, busquei o termo “menstrual” para filtrar quais foram as ações mais recentes realizadas sobre o assunto. Foi possível constatar que existe uma série de eventos voltados para questões de gênero, violências e desigualdades que contemplam projetos relacionados à menstruação, como é o caso do “Oxe, me respeite! Nas Escolas”⁹:

O projeto Oxe, me respeite na escola, promovido pela SPM, em parceria com a Secretaria da Educação (SEC), a Universidade Federal da Bahia (Ufba) e do Fundo de População das Nações Unidas 3 (Unfpa), tem como objetivo conscientizar estudantes e educadores sobre direitos sexuais e reprodutivos, além de fomentar um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso. Durante o evento, o projeto realiza ações de sensibilização, distribuição de materiais informativos e exposição de artes visuais.

A chefe de gabinete da SPM, Neia Bastos, destacou a importância da participação no encontro estudantil para ampliar o alcance das ações do projeto. “A SPM debateu durante todo o ano o projeto Oxe, me respeite nas escolas com estudantes, discutindo padrões normativos de gênero e incentivando a construção de uma nova cultura na escola, e buscando a equidade de gênero. Este evento é uma oportunidade de fortalecer o debate e promover um ambiente escolar inclusivo para meninas e meninos”, afirmou (Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, 2024).

O projeto “Oxe, me respeite! Nas Escolas”¹⁰ conta com um folheto informativo contendo os temas considerados essenciais para fomentar a discussão durante a sua implementação; também conta com um guia para que tutores possam levar temáticas

9 Para ver mais, acesse: <https://www.ba.gov.br/mulheres/noticias/2024-12/7302/projeto-oxe-me-respeite-nas-escolas-promove-reflexoes-sobre-genero-e>. Acesso em 07/07/2025

10 Para ver mais, acesse: <https://www.ba.gov.br/mulheres/7050/dignidade-menstrual>. Acesso em 07/07/2025

como violências de gênero e masculinidades, sexualidade, desigualdades, direitos sexuais e reprodutivos para serem discutidas com adolescentes. Os objetivos propostos são os seguintes:

Instrumentalizar os estudantes sobre saúde menstrual, direitos sexuais e reprodutivos nas unidades escolares da rede estadual;

- Mostrar a importância da saúde menstrual, da adoção dos hábitos e cuidados pessoais;

- Realizar reflexões sobre qualidade de vida.

- Desenvolver a autoestima, o autocuidado, a empatia de forma a oportunizar modificações comportamentais de forma a promover a construção de uma nova percepção da vida;

- Promover a quebra de paradigmas sobre menstruação;

- Fortalecer um sistema educacional inclusivo;

- Fomentar a educação entre pares na perspectiva do jovem educa jovem e do diálogo intergeracional visando a disseminação e enraizamento dos conteúdos;

- Promover discussões sobre a temática nas unidades escolares. Para concretização dos objetivos, os conteúdos serão trabalhados a partir dos aspectos biológicos/fisiológicos, sociais/comportamentais, visando o conhecimento, a empatia e a dignidade (Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, sem data).

Percorrer ambientes digitais para mapear ações relacionadas à educação menstrual tem sido importante para perceber quais conteúdos estão sendo considerados na formulação desses saberes. No documento citado anteriormente, é possível perceber que a menstruação deixa de ser tratada apenas sob uma ótica biologizante e passa a incorporar outros saberes, com abordagens que envolvem também questões sociais e comportamentais. Ao falarmos sobre menstruação, não é possível dissociá-la de discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos, tampouco desvinculá-la dos marcadores sociais da diferença, como gênero, raça, classe e território. A iniciativa documentada na internet aponta que existem ações acontecendo na Bahia; no entanto, para avaliarmos a sua efetividade, é importante observar como as ações acontecem na prática e se há, de fato, a permanência desse conteúdo nos currículos e no cotidiano das escolas.

Durante as entrevistas realizadas, uma das colaboradoras do trabalho de mapeamento que desenvolvo mencionou a existência de uma cartilha implementada pelo Governo Estadual de Minas Gerais. A cartilha visava desenvolver ações relacionadas ao tema propondo um formato de trabalho que fosse realizado em perspectivas transversais

na sala de aula; já a função ficaria a cargo da prática docente. De acordo com os dados da cartilha¹¹:

O PDSC segue as diretrizes constantes da Resolução SEE nº 4.826, de 09 de março de 2023, que traz como objetivos:

I — promover ações educativas, realizando o diálogo sobre dignidade e pobreza menstrual, buscando desmistificar os tabus socialmente construídos em torno do tema;

II — promover o debate sobre a dignidade e pobreza menstrual, orientando às estudantes quanto ao direito e acesso ao absorvente higiênico e ao não afastamento das aulas e atividades por motivo da menstruação;

III — promover ações educativas para prevenção de doenças;

IV — apoiar a diminuição da infrequência escolar;

V — fornecer o absorvente higiênico às estudantes que necessitarem, disponibilizando-o em local que não gere constrangimento e bullying;

VI — orientar aos estudantes quanto ao uso e descarte correto dos absorventes higiênicos.

O Programa Dignidade e Saúde em Ciclo (PDSC) fundamenta-se em uma cartilha que possui orientações que direcionam as ações. O documento menciona que a pessoa responsável pela gestão da escola é parte essencial na implementação do programa, tendo a função de divulgar e garantir o seu cumprimento. Além disso, conta também com especialista da educação básica para a propagação de materiais que possam orientar professores, construindo diálogos e promovendo articulação entre o PDSC e outras temáticas do programa escolar. No entanto, é importante que esse programa seja discutido de forma transversal ao currículo. Assim, a cartilha apresenta um quadro, exemplificando como os Temas Contemporâneos Transversais podem ser trabalhados em sala de aula. Entre as proposições, estão as temáticas que se relacionam com saúde, economia, meio ambiente, ciência e tecnologia e multiculturalismo.

As iniciativas citadas merecem atenção do Governo Federal, para que ações semelhantes possam ser ampliadas e adaptadas para todos os estados e municípios. Tais propostas podem ser incorporadas ao currículo escolar ou desenvolvidas como campanhas de conscientização sobre corpo, menstruação, direitos sexuais e direitos reprodutivos. Nesse sentido, vale mencionar outras duas propostas que foram encontradas no *site* da Agência do Governo quando busquei pela palavra “menstrual”, com o intuito de verificar

11 Para ver mais, acesse: educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/05/Documento-Orientador-Dignidade-e-saude-em-ciclo.pdf. Acesso em 07/07/2025

se havia campanhas educativas relacionadas ao tema. Entre os 58 itens listados — em sua maioria voltados à distribuição de absorventes — os primeiros resultados destacados pela etiqueta “relevância” traziam duas iniciativas: uma cartilha¹² para pessoas com e sem deficiência e o jogo “ciclo do poder”¹³ relacionado ao ciclo menstrual.

A notícia que apresenta a cartilha refere-se a ela como um “guia para cuidado menstrual de pessoas com e sem deficiência”, e é parte de uma parceria entre Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), Ministério da Saúde e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Assim,

O documento reconhece que vários corpos experienciam a menstruação, a exemplo de meninas, mulheres, homens trans e pessoas de gênero não binário. O conteúdo da cartilha foi desenvolvido a partir das referências listadas, de debates e consulta à sociedade civil organizada pela emancipação das pessoas com deficiência no Brasil.

São quatorze páginas explicando de forma educativa como funciona todo o processo do ciclo menstrual e como ele está ligado à saúde e ao bem-estar físico e mental. Apresenta informações sobre as características, os sintomas e também como se cuidar durante o ciclo. Ensina o que evitar para não ter problemas de saúde, passar por constrangimentos, situações de vulnerabilidade e como adquirir absorventes junto às equipes de saúde da família (Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, 2023).

As proposições apresentadas na cartilha ultrapassam uma linguagem generificada, como a que foi utilizada durante a elaboração da Lei nº 14.214/2021. Além disso, o material incorpora reflexões sobre corporeidades que, até então, não haviam sido contempladas na construção narrativa das políticas públicas analisadas. Pensar em pessoas que menstruam para além da cisnormatividade é essencial para promover uma compreensão mais ampla e emancipatória das menstruações, considerando os múltiplos aspectos que envolvem a corporeidade. Isso inclui desde o modo como o ciclo ovulatório-menstrual é experienciado por diferentes corpos até a crítica sobre a forma como os absorventes são produzidos, frequentemente a partir de uma lógica normativa, que desconsidera outras realidades e necessidades.

Já o jogo “ciclo do poder”, elaborado por especialistas do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) em associação com a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e a Universidade Federal Fluminense (UFF), faz parte de uma ação lúdica

12 Para ver a notícia e acessar a cartilha: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202309/guia-para-cuidado-menstrual-de-pessoas-com-e-sem-deficiencia-esta-disponivel-a-populacao>. Acesso em 07/07/2025

13 Para ver mais sobre o jogo, acesse: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202501/ciclo-do-poder-conquista-premio-de-jogo-indie-brasileiro-de-2024>. Acesso em: 07/07/2025

e educativa que aborda questões relacionadas à pessoa que menstrua, como pode ser observado na reportagem a seguir:

Por meio de um design envolvente de jogo de tabuleiro e de mecânicas que incentivam a reflexão, o ‘Ciclo do Poder’ tem como objetivo ajudar uma pessoa que menstrua, chamada Cris, a passar pelo seu primeiro ciclo menstrual, elucidando o máximo de questões possíveis sobre o processo, desde implicações sociais e culturais até questões envolvendo a saúde e o bem-estar mental.

Os participantes são convidados a entrar em uma jornada onde cada decisão pode ter um impacto significativo na experiência do jogo. Os jogadores precisam lidar com questões importantes, como o acesso a produtos menstruais, a educação sobre saúde menstrual e as relações sociais que afetam a forma como a menstruação é vista na sociedade (Agência Gov, via Fiocruz, 2025).

A utilização de jogos em sala de aula ou em outros momentos de interação — voltados tanto para o ensino básico quanto para ações lúdicas que envolvam crianças e adolescentes —, configura-se como uma estratégia interessante para a inserção da discussão sobre menstruação sob uma perspectiva libertadora e emancipatória. No entanto, é importante atentar para o conteúdo dessas ferramentas: verificar se os jogos não reificam questões biologizantes e de gênero, e se são capazes de promover uma reflexão crítica que ultrapasse as abordagens reducionistas sobre pobreza menstrual.

Uma das mulheres com quem conversei, realiza oficinas pagas — em sua maioria virtuais — para meninas¹⁴ e adolescentes, tendo como objetivo trazer informações sobre os processos relacionados à primeira menstruação. Nesse sentido, a sua busca para a formulação e partilha desses saberes acontece a partir da construção de jogos educativos que facilitem a aprendizagem. As entrevistadas trabalham com a menstruação em vários aspectos. Algumas promovem, de forma autônoma, oficinas voluntárias em escolas ou comunidades nas periferias de suas cidades ou, a partir do engajamento com organizações não governamentais, participam de editais de fomento e conseguem financiamento para colocar em prática os seus projetos; outras têm realizado atendimentos online, mobilizando saberes da ginecologia natural; além disso, existe também a prática de ministrar cursos para pessoas que menstruam, cobrando um valor para o acesso às aulas.

14 Categoria utilizada pela colaboradora.

Considerações finais

Os percursos trilhados neste levantamento de ações relacionadas à menstruação no Brasil mostram que, desde a publicação do Relatório da Pobreza Menstruação (2021), diversos movimentos — coletivos e individuais — estão se construindo e colocando em prática o que se prevê em suas discussões como educação menstrual. O que se tem observado é que os itinerários menstruais são percorridos, independentemente do fato das iniciativas partirem ou não do poder público. Por um lado, isso evidencia a incipiência das políticas públicas em atender às demandas complexas que envolvem as menstruações e suas imbricações. Por outro, revela a força de mobilizações autônomas e plurais, como aponta Aguilar Ferro (2022, p. 17): “Los feminismos menstruantes tienen semillas plurales, germinan con las primeras gotas de sangre menstrual y florecen en calles, barrios, comunidades, escuelas, historias, congresos, cuerpos y vivencias”.

Apartir das análises que estou construindo para as problematizações sistematizadas no processo de minha pesquisa doutoral, pude notar que existe, por parte das educadoras e ativistas menstruais, a intenção de realizar parcerias com setores públicos para inserir a educação menstrual nas escolas. No entanto, essa proposta enfrenta obstáculos desde a formulação da Lei nº 14.214/2021, que não priorizou a dimensão educativa da pauta, concentrando-se na distribuição de absorventes, com a justificativa da promoção da dignidade e saúde menstrual para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Essa ênfase reducionista, embora importante, desconsidera que, muito antes da tramitação da Lei, já existem ativismos menstruais em curso — articulados em diversas frentes políticas, artísticas, científicas e educacionais — num processo imbricado que envolve desconstrução e construção de saberes. São práticas e teorias elaboradas por pessoas que menstruam e compreendem a importância de pensar e falar sobre o tema.

Tal como sangue menstrual, os assuntos que o envolvem possuem agência e se multiplicam entre redes, fluxos e fluidos, criando e recriando estratégias, financiadas ou voluntárias, para a propagação desses saberes. A maioria das entrevistadas demonstra forte engajamento político na construção de projetos em suas cidades e busca ativamente estabelecer parcerias com escolas para oferecer suas propostas educativas. No entanto, enfrentam resistências na recepção das propostas, muitas vezes justificadas pela ausência de financiamento. Assim, é possível perceber que a educação menstrual emerge como uma metodologia marginal de ensino, capaz de evocar uma retomada do sentir-pensar historicamente negado. Tal retomada confronta os vieses colonialistas que medicalizam, higienizam e doutrina os corpos que menstruam, alicerçados em concepções eurocentradas e patriarcais da menstruação.

Referências

Aguilar Ferro, Andrea. I. (2022). *(Contra) narrativas menstruales desde Abya Yala*: Tejido diverso convocado por Andrea Aguilar Ferro (Spanish Edition) (pp. 18–19). Edição do Kindle.

Belaunde, Luisa. E. (2006). A força dos pensamentos, o fedor do sangue. Hematologia e gênero na Amazônia. *Revista de Antropologia, USP*, 49(1), 1–34.

Bobel, Chris. (2010). *New blood*: Third-wave feminism and the politics of menstruation. Rutgers University Press.

Brasil, Presidência da República. (2021, outubro 6). *Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021*. Secretaria-Geral. Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14214.htm

Cabnal, Lorena. (2010). Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: *Feminismos diversos*: El feminismo comunitario (pp. 11–25). Madrid: Acsur Las Segovias.

Saggiaro, Za. C. (2024). *Bases para uma educação menstrual popular e LGBTQIAPN+* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação).

Costa, Clarissa. (2024). *Manchando: (o que) fazer (com) a menstruação — Estratégias e experimentos para vazar questões feministas através das tecnociências* (Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas).

Ferreira, Letícia. (2022). Encontros etnográficos com documentos burocráticos: Estratégias analíticas da pesquisa antropológica com papéis oficiais. *Etnografías Contemporáneas*, 8(15). Disponível em: <https://revistasacademicas.unsam.edu.ar/index.php/etnocontemp/article/view/1220>. Acesso em: 24/07/25

Hine, Christine. (2020). A internet 3E: Uma internet incorporada, corporificada e cotidiana. *Cadernos de Campo* (São Paulo - 1991), 29(2), e181370. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/181370>. Acesso em: 24/07/25

hooks, bell. (2013). *Ensinando a transgredir*: A educação como prática da liberdade (M. B. Cipolla, Trad.). São Paulo: Editora WMD Martins Fontes.

Lorde, Audre. (2009). Os usos do erótico: O erótico como poder. In: *Textos escolhidos de Audre Lorde* (T. N. dos Santos, Trad.). Disponível em: <https://apoiamutua.milharal.org/files/2014/01/AUDRE-LORDE-leitura.pdf>. Acesso em: 24/07/25

Lugones, María. (2020). Colonialidade e gênero. In: Heloísa. B. de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais* (pp. 87–102). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Manica, Daniela. T. (2009). *Contracepção, natureza e cultura: Embates e sentidos na etnografia de uma trajetória* (Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas). 319 f.

Manica, Daniela. T., Goldenberg, R. C. dos S., & Asensi, K. D. (2018). CeSaM, as Células do Sangue Menstrual: Gênero, tecnociência e terapia celular. *Interseções: Revista De Estudos Interdisciplinares*, 20(1). <https://doi.org/10.12957/irei.2018.35862> Acesso em: 24/07/25

Marcus, George. (1995). Ethnography in/of the world system: The emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, 24, 95–117.

Martin, Emily. (2006). *A mulher no corpo: Uma análise cultural da reprodução* (S. B. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Editora Garamond.

Mol, Annemarie. (2002). *The body multiple: Ontology in medical practice*. Duke University Press.

Morais, Janaína. de A. (2021). *Portal Vermelho: Uma etnografia sobre corpo, gênero, sangue, emoções e experiência* (Tese de doutorado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas.

Oyéwùmí, Oyèrónkẹ. (2020). Conceituando o gênero: Os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: Heloísa. B. de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais* (pp. 103–119). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Paletta, Gabriela. C. (2019). *Menstruapps na era farmacopornográfica: Aplicativos de monitoramento de ciclo menstrual e interseções entre corpos, máquinas e tecnopolíticas de gênero* (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Potechí, Bruna. (2018). *Fazer mulher, fazer lei: Uma etnografia da produção de leis no Congresso Nacional Brasileiro* (Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social).

Primo dos Santos Soares, Ana. M. (2019). Sangue menstrual na sociedade Karipuna do Amapá. *Amazônica: Revista de Antropologia*, 11(2), 414–433.

Rohden, Fabíola. (2001). A ginecologia: Uma ciência da mulher e da diferença. In: *Uma ciência da diferença: Sexo e gênero na medicina da mulher* (2ª ed., pp. 49–108). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Santos, Michelle. P. dos; Manica, Daniela. T. (2023). Pobreza menstrual no Brasil: Levantamento das leis aprovadas e em tramitação. *Anais da Reunião de Antropologia do Mercosul*, XIV Reunião de Antropologia do Mercosul.

Sardenberg, Cecília. M. B. (1994). De sangrias, tabus e poderes: A menstruação numa perspectiva sócio-antropológica. *Revista Estudos Feministas*, 2, 33–50.

Secretaria de Estado de Educação. (2023, maio). *Programa Saúde em Ciclo*. Minas Gerais. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/05/Documento-Orientador-Dignidade-e-saude-em-ciclo.pdf>. Acesso em: 24/07/24

Secretaria Estadual de Políticas Públicas para Mulheres. (2023). *Oxe, me respeite! Nas Escolas: Guia para tutores*. UNFPA, NEIM, UFBA. Bahia. Disponível em: https://www.ba.gov.br/mulheres/sites/site-spm/files/2024-05/Revista%20-%20Oxe%2C%20Me%20Respeite%20-%20Nas%20Escolas%20_compressed.pdf. Acesso em: 24/07/25

Seraguza, Lauriene. (2017). Do fluxo do sangue aos cortes da vida em reserva: sangue, ritual e intervenção entre as mulheres Kaiowa e Guaraní em MS. *Tellus*, 17(33), p. 139–162. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/tellus.v17i33.444> Acesso em: 24/07/25

Somé, Sobonfu. (2007). *O Espírito da Intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar*. São Paulo: Odysseus.

Unicef & UNFPA. (2021). *Pobreza menstrual no Brasil: Desigualdade e violações de direitos*. Disponível em: https://dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_mai2021.pdf. Acesso em: 24/07/25

Vasconcellos, Hannah. L. A. de. (2024). *Mercado da cura: As dinâmicas raciais do cuidado ou o encontro entre mulheres negras e o sagrado feminino* (Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social).

Wons, Letícia. (2019). *Introduzindo o primeiro produto menstrual que não absorve nada: Coletores menstruais e transformações nas ordens prático-simbólicas da menstruação* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPGNEIM).

Recebido em 04 de março de 2025.

Aceito em 16 de junho de 2025.

Outras menstruações possíveis: retomadas entre sangue e corpo-território

Resumo

No Brasil, a Lei nº 14.214/2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, movimentou o país durante o seu processo de elaboração, gerando controvérsias e ampliando a visibilidade da menstruação em ambientes digitais. Iniciativas autônomas passaram a ser construídas por pessoas que se movimentam através da menstruação, seja em meios digitais ou presenciais, buscando disseminar o assunto a partir de uma abordagem que envolve ensinamentos, abordando temáticas desde o tabu menstrual e questões ginecológicas até direitos sexuais e reprodutivos. A partir de observações em documentos digitais imbricados com a menstruação, busco compreender os caminhos e as reinvenções que a educação menstrual tem percorrido no Brasil. Diante dos documentos analisados, foi possível perceber que a educação menstrual ainda é incipiente no Brasil, necessitando de um olhar crítico para que possa ser efetivada através de políticas públicas que considerem a multiplicidade das pessoas que menstruam.

Palavras-chave: Educação Menstrual; Corpo-Território; Antropologia Digital.

Other possible menstruations: resumptions between blood and body-territory

Abstract

In Brazil, Law No. 14.214/2021, which established the Program for the Protection and Promotion of Menstrual Health, stirred national debate during its drafting process, generating controversies and increasing the visibility of menstruation in digital environments. Autonomous initiatives began to emerge, led by individuals engaged with menstruation, whether in digital or in-person spaces, seeking to disseminate the topic through an educational approach that addresses issues ranging from menstrual taboos and gynecological concerns to sexual and reproductive rights. Based on observations of digital documents intertwined with menstruation, this study seeks to understand the paths and reinventions that menstrual education has taken in Brazil. The documents analyzed reveal that menstrual education remains incipient in the country, requiring a critical perspective so it can be effectively implemented through public policies that recognize the multiplicity of people who menstruate.

Keywords: Menstrual Education; Body-Territory; Digital Anthropology.